

ENTREVISTA COM JOANA MARIA PEDRO

INTERVIEW WITH JOANA MARIA PEDRO



Júlio Cláudio da Silva¹
Cláudia Maria de Farias²
Joceneide Cunha dos Santos³

Professora Joana⁴, desde já agradecemos sua disponibilidade e atenção para nos conceder essa entrevista que será publicada no dossiê “Relações de gênero no hemisfério sul: temas, problemas e perspectivas” na revista *Canoa do Tempo*, do PPGF-UFAM e organizado pelo professor Júlio Claudio e pelas professoras Cláudia Farias e Joceneide Cunha.

Questões

Conte-nos um pouco a sua trajetória profissional e como se envolveu com a História das mulheres e os estudos de gênero.

Eu me envolvi com a História das Mulheres⁵ porque, em 1986, coordenei um projeto coletivo e conseguimos um financiamento de pesquisa do CNPq para estudar “Escravidão e Preconceito em Santa Catarina”. Na época, eu tinha apenas mestrado. Era professora da UFSC desde 1983. Por causa do centenário da

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor associado nível - A da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: jusilva@uea.edu.br.

² Professora do curso de graduação em História da UEA, realizando estágio pós-doutoral no PPGH-UFAM. E-mail: cmdfarias@yahoo.com.br.

³ Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia.

⁴ Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

⁵ Quero agradecer a Aimberê Araken Machado por ter feito revisão do texto.



abolição, o CNPq havia publicado um edital para projetos de pesquisa. Conseguimos recursos e três bolsas de iniciação científica.

Coletamos dados em jornais de Santa Catarina, em processos judiciais, registros de polícia e normas de posturas do município. Foi no contato com estas fontes, especialmente nos periódicos, que percebi, e os estudantes que trabalhavam comigo me alertaram, a existência de várias publicações na forma de crônicas, piadas, quadrinhas, provérbios, que diziam como as mulheres deveriam ser e quais comportamentos não eram desejados. É importante destacar que muitas “recomendações” também eram direcionadas, embora fossem de outra maneira, após a abolição, para as pessoas que tinham sido escravizadas.

Havia, também, uma questão pessoal. Eu nasci em Itajaí, cidade de Santa Catarina, que fica à 90 quilômetros de Florianópolis. Em 1982, eu tinha feito um concurso para professora na UFSC e fui chamada para assumir o cargo em 1983. Em Itajaí, eu tinha me separado de um casamento bem complicado, envolvendo violência física e psicológica. Vir para Florianópolis, para dar aulas na UFSC, representou uma redução salarial, mas, por outro lado, representou não receber mais ameaças de morte do meu ex-marido, não ser olhada com desconfiança pelas colegas que me conheciam casada e que agora me viam como “desquitada”. Enfim, eu estava vivendo uma superação. Ao ler estes textos publicados nos periódicos de Santa Catarina, sobre as mulheres, me fez ver como o preconceito era uma coisa antiga. Quero destacar que tínhamos um grupo de estudos e que, neste grupo, lemos muita coisa sobre escravidão e preconceito. Identifiquei-me com estas discussões. Eu vi que a desqualificação que os periódicos publicavam sobre as pessoas que tinham sido escravizadas, a forma como as infantilizavam, desconfiavam, eram muito semelhantes ao que diziam das mulheres.

Enfim, foi por participar desta pesquisa, publicada em 1988, pela editora Mercado Aberto, intitulada “Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX”⁶, que eu me inspirei para fazer uma proposta de pesquisa e cursar o doutorado na USP. Quem me orientou foi Maria Odila Leite da Silva Dias, iniciando em 1988 e concluindo em 1992. A tese foi publicada pela Editora da UFSC, em 1994, com o título: “Mulheres honestas e mulheres faladas:

⁶ PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.



uma questão de classe”⁷. Durante o doutorado eu tive contato com muita leitura referente à História das Mulheres, feminismos e relações de gênero. Em São Paulo, criamos um grupo de estudos para discutir textos relacionados a estas questões.

Após o doutorado, continuei fazendo pesquisas, algumas nem eram relacionadas a estas questões, mas, em sua maioria, sim. Também dei aulas sobre “Mulheres e Relações de Gênero na Pesquisa Histórica”, tanto na graduação como na pós-graduação, além de orientar monografias de final de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado sobre estas temáticas.

Quais são as suas últimas pesquisas?

Atualmente, estou com duas pesquisas, ambas financiadas pelo CNPq: 1) “Histórias de mulheres eleitas: candidaturas e exercício de cargo político no Cone Sul (1982-2019)” iniciado em março deste ano, 2022. É um projeto de produtividade e deve se estender até 2027. O outro projeto é “MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”, do Edital Universal; iniciou em fevereiro deste ano, 2022. Os dois projetos contam com uma grande equipe, mas este “Mandonas” tem uma equipe maior, que abrange pessoas de diferentes lugares do Brasil. Tenho muita sorte de contar com esta equipe tão competente. Tenho orientado e dado aulas sobre questões que envolvem História das Mulheres, relações de gênero, feminismos, sexualidades dissidentes da cisheterossexualidade.

Quais são os temas e as transformações teórico-metodológicas que mais recentemente foram introduzidos nos estudos de gênero, sobretudo na América Latina e nos países africanos?

Realizei uma pesquisa sobre a forma como as categorias “Mulher”, “Mulheres” e “Relações de Gênero” tinham sido apropriadas no Cone Sul, ou seja, no Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A pesquisa chamava-se “Do feminismo ao gênero - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)”, realizada entre 2010 a 2017. Nesta pesquisa, junto com a equipe,

⁷ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.



procuramos perceber o impacto das chamadas “Ondas Feministas”, se elas tinham interferido na vida das mulheres, se a academia tinha incorporado a “História da Mulher” ou, quem sabe, a “História das Mulheres”, se a categoria gênero tinha sido apropriada. E mais, se estas categorias acompanhavam as “ondas do feminismo”. Importante lembrar que, nos anos setenta, considerado o momento alto da “Segunda Onda do Feminismo”, os países do Cone Sul estavam vivendo sob ditaduras militares e as mulheres não puderam fazer manifestações e reivindicar direitos que as mulheres do “Norte Global” alcançaram nesta década e na seguinte, como, por exemplo, a descriminalização do aborto. Outra questão que pude constatar é que muito da discussão sobre Relações de Gênero, por muitas pessoas considerada como própria dos anos oitenta e noventa, foi, em alguns países do Cone Sul, apropriada pelas pesquisadoras a partir dos projetos que desenvolviam, com apoio de recursos financeiros internacionais. Antes de muitas acadêmicas de universidades, foram as coordenadoras de ONGs que fizeram treinamentos e apropriaram-se da categoria “gênero”, e com esta categoria fizeram projetos para atender a mulheres vítimas de violência doméstica, apoio a associação de agricultoras, fornecimento de documentação, alfabetização, etc.

Sabemos que, principalmente, no Chile, na Bolívia e no Paraguai, mas também no Brasil, Argentina e Uruguai, o neoliberalismo, e a redução do Estado, trouxe, como contraparte, o financiamento para atendimento de necessidades das populações mais precárias, pelas ONGs - Organizações Não Governamentais -, fornecido por organismos internacionais. Estas ONGs solicitavam recursos através de projetos e, para ter estes contemplados, precisavam utilizar a categoria “gênero”. As acadêmicas continuaram publicando História das Mulheres e, em vários momentos, incorporaram a categoria gênero. Enfim, publicaram trabalhos de História das Mulheres sob a perspectiva de gênero.

Foi ainda nos anos noventa, mas principalmente no início do século XXI, que a teoria queer passou a ganhar espaço acadêmico, muitas vezes como uma forma de questionar a categoria gênero, acusando-a de manter e, até, de reforçar a binaridade.

Atualmente, tenho visto crescer discussões sobre o decolonial, categoria considerada como própria para os países do Sul Global, liderado, principalmente, por pesquisadores e pesquisadoras latino-americanas.



Quero ainda salientar que, no campo do Feminismo tenho visto crescer aquilo que tenho chamado de “Feminismo com sobrenome”. Muitos movimentos de mulheres que, por muito tempo, não quiseram ser identificadas como feministas, tem utilizado esta palavra, acompanhada de um “sobrenome”: feminismo camponês, feminismo indígena, feminismo anti-capacitista, feminismo negro, feminismo decolonial. Temos ainda o transfeminismo, que, neste momento, tem ganhado maior destaque, trazendo as discussões sobre as “Mulheridades”, entendendo como mulheres as pessoas que assim se identificam. Trata, portanto, das pessoas trans que questionam a obrigatoriedade de mutilação do corpo. Não querem ter que fazer cirurgia para se considerar uma mulher. O mesmo é dito pelos homens trans que questionam a necessidade de retirada do seio como forma de se adequar à identidade de gênero.⁸

Tudo que escrevi até aqui se refere ao Cone Sul, sobre a África, meu conhecimento é recente e pequeno, mas consigo identificar mulheres com obras de grande destaque e que estão dialogando com gênero e decolonial. Somente para citar duas obras muito famosas, penso na “Invenção das Mulheres” de Oyèrónké Oywùmí⁹, que tem questionado o feminismo do Norte Global, por desconsiderar as mulheres africanas e questionar práticas tradicionais, impondo uma visão colonial, pensando “salvar as mulheres”. Para ela, foi o colonialismo quem criou a noção de mulher e de homem com base no corpo. Outra obra de destaque é de Anne Mc Clintock, “Couro Imperial”¹⁰. Nesta obra a autora narra a forma como a Inglaterra, em seu projeto colonizador, impôs sua visão de mundo, sua forma de pensar o gênero, sua noção de família e, ao mesmo tempo, racializou a população africana.

Em que medida os estudos decoloniais contribuíram para as discussões de gênero?

Os estudos decoloniais, inicialmente, não trouxeram as discussões de gênero. Focalizaram principalmente a racialização e a estratificação de classe. A

⁸ Ver a este respeito YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

⁹ OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. **La Invención de las mujeres - Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Colombia: Editorial en la frontera, 2017.

¹⁰ MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.



desqualificação dos povos originários pela racialização permeou as relações coloniais. Entretanto, temos visto intelectuais, e aqui cito Maria Lugones¹¹, questionando o esquecimento do gênero, nos estudos coloniais. Outras autoras que trazem esta discussão são Rita Segato¹² e Luciana Balestrim¹³. A contribuição que elas trazem é lembrar-nos que foram os colonizadores que desqualificaram a atuação das mulheres originárias das Américas, nas decisões dos vários grupos da terra. Os colonizadores deram poderes aos homens. Em várias culturas da América as mulheres tinham muito mais poder de decisão sobre os destinos dos povos, mas, com a colonização, foram estabelecidas hierarquias que pressupunha o domínio dos homens. Claro que nem todas as culturas da América tinham formas mais equilibradas de poder. Sabemos, hoje, que alguns grupos eram matrilineares, e as mulheres participavam dos conselhos de decisão do povo; em outros, porém, havia culturas que podemos chamar de patriarcais com hierarquias que privilegiavam os homens. De qualquer maneira, o que os estudos decoloniais mostram é como a relação de gênero vigente nas elites europeias foi a base para legislações e decisões, causando desequilíbrio nas culturas originárias da América. Então, posso dizer que os estudos decoloniais contribuem para a História das Mulheres e das Relações de Gênero, mostrando o impacto colonial nas diferentes culturas que não promoviam a subordinação das mulheres da forma que existia na Europa.

Como a senhora vê o crescimento do movimento antifeminista no Brasil nos últimos anos em meio a tantos outros retrocessos?

Gosto, sempre, de pensar que as mulheres, assim como outras minorias, têm o problema de contar, em suas fileiras, com pessoas que lutam contra o avanço dos direitos. O antifeminismo tem uma longa tradição. Costuma ser reação às mudanças. As mulheres, particularmente, têm resistido às transformações, em diferentes classes sociais. A luta pelo direito de votar e ser eleita, a possibilidade de estudar, de ocupar trabalhos mais bem remunerados, de

¹¹ LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul-dic, 2008.

¹² SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. **E-cadernos ces**, n. 18, p. 106-131, 2012.

¹³ BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago., 2013.



decidir sobre seus corpos, de ocupar espaços no campo político, sempre foram acompanhados por reações. Foram vistos como ameaça à família, desagregação da sociedade. E não somente pelos homens, também por muitas mulheres.

Vivendo há muito tempo em relações de submissão, a mudança costuma trazer muita insegurança. Mulheres responsáveis por criar crianças, cuidar de idosos e doentes, sentem-se inseguras quando algo ameaça o pouco que possuem, ou que pensam possuir.

O movimento antifeminista da atualidade tenta fazer retroceder aquilo que a chamada “segunda onda” do feminismo conquistou: a separação entre sexo e procriação. Elas não estão questionando o direito de votar e ser eleita, resultado do feminismo de “primeira onda; elas estão questionando a fluidez do que era considerado atividades de homens e das mulheres. Até concordam que mulheres devem estudar e ocupar trabalho melhor remunerado – resultado da “primeira onda”, mas reafirmam que o cabeça do lar precisa ser o homem e que a prioridade de uma mulher é o casamento, a casa e os filhos.

Muitas mulheres sentem-se ameaçadas quando suas filhas começam a querer ter relações sexuais antes do casamento, quando seus filhos e filhas informam que estão num relacionamento homoafetivo. Temem pelo futuro. Preferem culpar as feministas por terem bagunçado tudo que elas conhecem como respeito, decência, inocência. Preferem culpar a escola, dizendo que esta ensina crianças a fazer sexo, quando, na verdade, procura-se oferecer educação sexual, sexo seguro, respeito às sexualidades. Sim, as mulheres têm muito medo da mudança. O antifeminismo tem encontrado entre mulheres, de todas as classes sociais, um campo fértil.

Os direitos reprodutivos e sexuais são um tema frequente da agenda feminista, porém dizem respeito a todos e não somente às mulheres. É possível afirmar que existe uma resistência religiosa para assegurar os direitos reprodutivos e sexuais no mundo contemporâneo?

As religiões costumam se apoiar na tradição. Pode ser um livro, que dizem ter sido escrito há milhares de anos, podem ser palavras que foram organizadas na forma de texto e composto um livro. Todas remetem-se a tempos imemoriais. As religiões, e a Igreja Católica em particular, têm uma tradição muito masculina, eu diria, misógina. Nesta tradição, as mulheres são as responsáveis pela perda do



paraíso. A hierarquia não permite às mulheres, as decisões sobre os dogmas nos quais é necessário acreditar, foram construídos por homens; aliás o próprio deus é o espelho do homem, não da mulher.

A contracepção e o aborto são práticas antigas partilhadas entre as mulheres que as igrejas e a medicina, e, mais tarde, o poder judiciário, tentaram controlar. Vamos lembrar que a Igreja Católica até hoje não admite métodos contraceptivos como pílulas anticoncepcionais, DIU, Diafragma, camisinha, enfim, qualquer método de barreira. Admite apenas a “tabelinha” e o método Billings. Lembro que a igreja Luterana, a Calvinista e outras evangélicas não são contra a contracepção.

Sobre o aborto, na Idade Média, não era considerado pecado abortar menino até 40 dias depois da concepção, e meninas até 60 dias. Este era o tempo que se entendia que o feto passava a ter alma. Foi somente no século XIX que a Igreja Católica passou a considerar que a alma era adquirida no momento da concepção¹⁴.

A questão dos direitos sexuais e reprodutivos se tornou uma pauta feminista na chamada “segunda onda feminista”¹⁵, ou seja nos anos setenta, e encontrou na religião, especialmente a católica, uma grande resistência. Gostaria de lembrar que algumas religiões atuais, como a “Universal”, não era, até bem pouco tempo, contra o aborto. Na *internet* há vídeos do bispo Edir Macedo admitindo que o aborto é um recurso que mulheres pobres utilizam, para não dificultar ainda mais a vida das crianças que já nasceram, em vista das dificuldades de sobrevivência. Entretanto, a atual onda conservadora, baseada na pauta moral, juntou sexualidade e aborto como práticas proibidas, para quem segue a religião.

Lembro, ainda, que dentro da hierarquia da Igreja Católica o aborto, por muito tempo, representava a excomunhão para a mulher que abortava, ou seja, não haveria perdão. Só recentemente, em 2018, o Papa Francisco autorizou os sacerdotes a perdoarem as mulheres que estivessem arrependidas de ter provocado aborto. Lembro, ainda, que entre o clero, especialmente aquelas

¹⁴ Ver RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

¹⁵ Escrevi sobre isso num capítulo na coletânea: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.



pessoas que têm mais contato com as camadas populares, os direitos sexuais e reprodutivos são considerados, por muitos, como questão básica de saúde.

Como a senhora vê o crescimento do feminismo negro no Brasil?

No campo do feminismo no Brasil, o ano de 2015 tem sido considerado como o grande levante da “Quarta Onda Feminista¹⁶”, esta promovida por mulheres negras e jovens. Este feminismo tem recebido contribuições do feminismo negro norte-americano, que tem nomes importantes que circulam entre a academia e a militância, há muito tempo, como Angela Davis¹⁷, Patricia Hill Collins¹⁸, Kimberlé Crenshaw¹⁹, bell hooks²⁰.

Um alerta que o feminismo negro tem trazido é sobre o apagamento da participação das mulheres negras, no feminismo chamado de “Primeira Onda”. Através da fala de Sojourner Truth²¹, elas mostram que inúmeras mulheres negras participaram da luta pelo direito ao voto e não aparecem nas narrativas do feminismo. Este feminismo trouxe contribuições teóricas importantes como a categoria de análise interseccionalidade, na qual a raça, a classe e o gênero precisam ser levadas em conta nas formas de iniquidade. Há ainda a discussão com a noção de “Mulherismo”. Para muitas lideranças negras, identificar-se como feminista não tem ajudado o movimento negro na luta contra o racismo. O feminismo é, muitas vezes, identificado como um ativismo de mulheres brancas que são contra os homens. Por causa disso, algumas lideranças têm utilizado a categoria “Mulherista/Mulherismo”, que, além de atrair mais mulheres, não entra em conflito com homens do Movimento. Esta discussão tem, porém, seus problemas, muito bem discutidos por Patrícia Hill Collins, em referência já citada.

¹⁶ Ver HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁷ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁸ COLLINS, Patricia Hill. “O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

¹⁹ CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista Estudos Feministas**, vol.10, n.1, p. 171-188, 2002.

²⁰ hooks, bell. “Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista”. In: _____. **Teoria feminista**, São Paulo: Perspectiva, 2019.

²¹ hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



Apesar das lutas feministas no Brasil, o feminicídio e a violência contra as mulheres crescem assustadoramente no país. Como explicar isso?

A violência contra mulheres e o feminicídio fazem parte da estrutura das relações de gênero de cada época. Na legislação colonial portuguesa no Brasil, a violência contra mulheres só era punida quando causava alguma deficiência. Entendia-se que o marido e o pai ou o homem responsável pela mulher, era o que “ensinava”, corrigia, disciplinava a mulher. O adultério, ou até a simples suspeita deste, justificava que o marido matasse a esposa e o amante, a menos que o amante fosse um nobre hierarquicamente superior ao marido.

Entendo que mudou muito a legislação, mudanças estas que foram resultado de lutas imensas. O que vemos, agora, é muito mais denúncias. Lembro que fazia parte das qualidades de uma boa esposa não se queixar da maneira como seu marido a tratava. Quanto silêncio!!!

Além de mais denúncias, vemos, também, um embate mais acentuado. As meninas foram, por muito tempo, ensinadas a escutar e não retrucar, a não contradizer o que um homem falava, a obedecer e a ser modesta. As meninas de hoje são diferentes. As jovens de hoje retrucam, respondem, não aceitam e, infelizmente, muitos meninos não têm sido ensinados, suficientemente, a respeitar uma menina, uma mulher. São, em geral, ensinados a respeitar outro homem, mas não uma mulher.

Importante, ainda, lembrar que em época de crise econômica, os conflitos conjugais são mais intensos. Alguns homens desempregados, ou com empregos precários, tendem a compensar a baixa autoestima na esposa e nos filhos. Eu diria, então, que o que vemos, para resumir são: mais registro de violência, mudanças legislativas, crise econômica e aumento dos trabalhos precários, repercutindo na violência contra mulheres e até no feminicídio.

Até que ponto as redes sociais impactaram as mobilizações feministas?

As redes sociais impactaram as mobilizações feministas, mas também fizeram aumentar as reações antifeministas, misóginas, conservadoras e até fascistas.

Sim, as redes sociais têm sido usadas para divulgar pautas feministas, mobilizações, atividades em geral. O mesmo Whatsapp que distribui notícias



falsas, serve para definição de pautas de grupos feministas, ajuda a marcar reuniões e traz o resultado desta.

Há um feminismo jovem usando as redes, especialmente o *instagram* para divulgar questões feministas, livros, textos, palavras de ordem. Parece que o *facebook* está ficando com uma geração menos jovem.

Na época dos blogs (sim, eles continuam existindo) várias feministas se notabilizaram trazendo divulgação e até formando associações de blogueiras feministas. O mesmo aconteceu com blogueiras que se identificam como feministas negras e transfeministas. Além disso, foram criados portais, plataformas trazendo informações na forma de imagens, palavras, vídeos e fazem subir a *hashtag*.

Atualmente, cada vez mais os vídeos curtos estão fazendo sucesso. No *instagram*, no *TikTok*, várias feministas divulgam trechos de entrevistas, depoimentos, livros, divulgam pesquisas e documentários.

No *YouTube*, um sem-número de canais divulgam palestras e documentários com abordagem feminista. Alguns trabalhos têm abordado estas discussões. Mas, não vamos nos iludir, os conservadores também sabem usar as redes sociais. Muito ataque antifeminista, misógino e até mesmo fascista tem sido publicado nas redes sociais.

Para finalizar, a senhora deseja falar sobre alguma questão relevante? Algo que queira acrescentar?

Eu gostaria de agradecer o convite para esta entrevista. Sinto-me muito honrada. Gostaria de acrescentar que este movimento político anti-gênero tem feito muitos ataques aos movimentos de mulheres e feministas, além dos movimentos LGBTQIA+ e de pessoas trans. Sabemos que é um movimento internacional e que conta com dinheiro para promover estes ataques. Sabemos, também que não é a primeira vez que estas ondas conservadoras ganharam força. Já vimos isso nos anos trinta do século XX, tão bem descritos por Kate Millett²², assim como nos anos oitenta e noventa, detalhados por Susan Faludi²³. Estamos vivendo, neste momento, uma profunda crise econômica. Nestes momentos, as

²² MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

²³ FALUDI, Susan. **Backlash. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.



pessoas temem as mudanças e preferem achar que as “tradições” vão dar-lhes mais segurança. Penso que tudo isso pode levar um pouco de tempo, mas a resistência a esta onda conservadora continua ativa e organizada. A resistência tem contado com componentes importantes: a arte e a alegria. Todo mundo precisa disso.

Data de submissão: 19/09/2022

Data de aceite: 14/10/2022

Referências

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago., 2013.

COLLINS, Patricia Hill. “O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista Estudos Feministas**, vol.10, n.1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALUDI, Susan. **Backlash. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. “Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista”. In: _____. **Teoria feminista**, São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

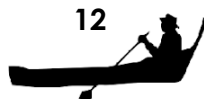
LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul-dic, 2008.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké´. **La Invención de las mujeres - Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Colombia: Editorial en la frontera, 2017.

PEDRO, Joana Maria et alii **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.



_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. **E-cadernos ces**, n. 18, p. 106- 131, 2012.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 28, n. 3, 2020.

